

**TEXTO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2012,  
APROVADO PELA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA,  
GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO  
CONSUMIDOR NA REUNIÃO DO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2018**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2012**

Altera a redação do § 1º do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para fixar o início do prazo decadencial do direito do consumidor de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O § 1º do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26. ....  
.....

§ 1º Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços e, na hipótese de haver garantia contratual, o prazo previsto no termo de garantia, na forma do parágrafo único do art. 50 deste código, incorpora-se para todos os efeitos aos prazos elencados no caput.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Senador Ataídes Oliveira**

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e  
Controle e Defesa do Consumidor